

A VIOLÊNCIA OCULTA NA RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM ENFOQUE DIALÉTICO - MATERIALISTA SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL

FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira – UTP
saritafortunato@uol.com.br

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper – UTP
cristinaelias@terra.com.br

Área Temática: Gestão e Políticas Públicas para a Educação
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este estudo tem por finalidade tecer algumas considerações sobre a relação existente entre as categorias *educação e trabalho* no contexto da sociedade capitalista, bem como, discutir as transformações ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo. Para tanto, utilizou-se da leitura de Karl Marx por refletir uma complexa análise sobre a estrutura econômica e social que geram as condições para a violência social e educacional, as quais fundamentam todas as outras formas de violência que permeiam a sociedade. Na raiz do processo capitalista de produção formam-se relações que não aparecem explicitamente no cotidiano dos trabalhadores. Tais relações são analisadas por Marx a partir da reflexão sobre o sentido de certas categorias que se tornam comuns na vivência social e *ocultam* o verdadeiro significado do conjunto de relações que sustentam o sistema dando abertura para a produção da *violência* na sociedade. Na perspectiva histórica, o capitalismo constitui-se como um sistema de produção de mercadoria no qual a força de trabalho é controlada por uma classe dominante. O que se busca com esse estudo, é a compreensão de que a concepção de trabalho em geral, enquanto práxis humana, material e não material, objetiva a criação de condições de existência, como também a superação da transformação do trabalhador em mercadoria (coisa), processo que retira sua dignidade humana, no conjunto das relações de produção. Neste contexto, esclarece-se o antagonismo de classes que funda e sustenta todo o sistema: burguesia e proletariado opõem-se e, ao mesmo tempo, só existem enquanto classes nesse processo de produção. Criar mecanismos de superação das relações sociais produtivas que interferem na prática pedagógica da educação escolar, é de extrema significância para o meio educacional, tendo em vista um projeto contra-hegemônico que atenda as necessidades da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Violência oculta; Educação; Trabalho; Processo Educacional.

Introdução

O que caracteriza o ser humano e o diferencia dos demais seres da natureza é a possibilidade e a viabilidade de criar novas necessidades e fazer delas objetivos que ele busca

alcançar. Pode-se dizer que o que determina essa diferença é o trabalho humano, o qual constitui a mediação que o homem necessita para construir-se historicamente possibilitando a realização do usufruir tudo que o trabalho pode propiciar enquanto ação planejada para identificar o melhor meio de resolver as situações vivenciadas na prática social, na busca da transformação da natureza e de si mesmo.

Portanto, é no espaço de trabalho que os profissionais da educação constroem a possibilidade de refletir sobre os acontecimentos escolares, sobre a prática social vivida pelos componentes que da escola fazem parte e a faz escola de fato. Considera-se que a ação de cada profissional da escola tem a ver com a totalidade, trazendo consigo conseqüências sociais e pedagógicas. A escola é um local de trabalho que, por sua finalidade e por sua natureza peculiar, supõe critérios especiais de organização e de compreensão da lógica capitalista na qual está inserida.

Diante do pressuposto acima, a sociedade capitalista na contemporaneidade, é entendida como conjunto histórico das relações estabelecidas pelos seres humanos, e, estrutura-se como tal sobre as relações de produção e reprodução da vida. Organiza-se, porém, com base no acúmulo de capital, o qual se dá mediante a exploração da força de trabalho (trabalhadores) pelos detentores da propriedade privada – dos meios de produção.

Ao tratar desse assunto, Marx (1984), afirma que o “valor da força de trabalho” é o valor dos meios de subsistência necessários para manutenção do trabalhador. No entanto nesta sociedade, tudo que o homem necessita comprar para viver de forma considerada digna como: alimentação, saúde, moradia, lazer, informação, cultura, educação e outros, inserem-se no processo mais amplo das relações de produção e consumo e no contexto em que a força de trabalho é regulada pela existência de um exército de reserva.

Ocorre, assim, uma separação entre aqueles que detêm os meios de produção (terra, fábrica, tecnologias, matéria-prima, conhecimentos e equipamentos), e aqueles que produzem, trabalham em troca de um salário. Ao invés do homem produzir de forma a suprir as suas necessidades, realiza um processo de produção de valor (mais-valia) na medida em que também passa a ser mercadoria ao vender sua força de trabalho por um salário, garantindo o lucro do capitalista.

A mais valia resulta de um processo de exploração do trabalho que pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos do capitalista. Assim, a caracterização da força de trabalho como propriedade do trabalhador é transformada em mercadoria vendável por um

tempo determinado de trabalho. Nesse tempo, o produtor produz mais do que o necessário para o pagamento do trabalho, visto que todo o trabalho é criador, isto é, produz mais do que aquilo que o capitalista dispense para o pagamento do salário. O excedente torna-se propriedade do capitalista e caracteriza a mais-valia.

Neste contexto, ocorre o crescimento do capital exercendo forte influência sobre a classe trabalhadora. Com a demanda crescente de força de trabalho e do processo de acumulação do capital, surgem mais proletários¹ assalariados e desempregados (exército de reserva ou lumpen-proletariado)². Por outro lado, os trabalhadores estão envolvidos na acumulação do capital, a fim de garantir fundo para sua subsistência, com salários baixos que proporcionam ampliação da riqueza do patrão.

Diante disso, esclarece-se o antagonismo de classes que funda e sustenta todo o sistema: burguesia e proletariado, as quais opõem-se entre si e, ao mesmo tempo, só existem enquanto classes nesse processo de produção. O que permanece subjacente e que Marx, (1983) acentua, é que o antagonismo é também a base de sustentação das relações capitalistas de produção. O antagonismo se produz como acentuação da distância capital-trabalho: O salário no mínimo exigido para a subsistência mantém o crescimento da classe trabalhadora até que o mercado esteja supersaturado.

Percebe-se que a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, provoca uma cisão no próprio homem, pois, o que ele produz constitui parte de sua humanidade que, neste caso, separa-se dele sendo expropriada por aquele que detém a propriedade das condições de vida representada pelos meios de produção. (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2004).

Neste sentido, o trabalhador não tem a possibilidade de planejar, nem de deter o controle do processo de produção e do produto do seu trabalho, que, conseqüentemente, na lógica do capital, não lhe pertence.

Parece difícil então, defender uma idéia do trabalho enquanto possibilidade de criação do homem histórico, uma vez que o capitalismo consegue instalar-se plenamente em uma

¹ “Proletário só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza “capital” e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de “ Monsieur Capital”, como Pecqueur chama a esse personagem.(Marx Karl,op. Cit p.188)

² No Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1852). Marx refere-se ao *lumpenproletariado* como termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como o “lixo de todas as classes“ ou seja, são as pessoas que estão excluídas do processo de produção.

sociedade quando são eliminadas ou reduzidas todas as outras formas alternativas de se ganhar a vida pelo trabalho, não se subordinando a ele.

A relação entre educação e trabalho

Ao discutir as relações entre educação e trabalho no Brasil, Frigotto se reporta à concepção burguesa de trabalho e sua construção histórica afirmando que:

A concepção burguesa de trabalho vai-se construindo, historicamente, mediante um processo que o reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho. Essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa, dentro de um mercado (de trabalho). (FRIGOTTO, 2004 p. 14).

Dessa forma, de um lado perde-se a compreensão de que o trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e de violência; e de outro lado, de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo humano de existência.

Na história da humanidade, a apropriação da herança cultural sempre desempenhou papel central e decisivo, sem a qual a construção do homem, em sua especificidade, seria inviabilizada. Nessa construção histórica, o homem constrói, além de suas necessidades, o sentido de interagir com a natureza e com seus semelhantes, produzindo conhecimentos, valores, técnicas, comportamentos, atitudes, cultura, entre tantos outros, os quais sintetiza-se em nome do saber historicamente produzido.

A educação, processo de formação do homem na sociedade capitalista se faz no processo de convivência social, ensinando e aprendendo, não só na escola, mas, sobretudo, na vida. Portanto, a educação é um processo contínuo e a escola uma via fundamental para a realização de uma educação humana que considere a disciplina no agir, onde o indivíduo aprende na medida em que faz escolhas. E essas escolhas o modificam e modificam outras coisas. (GRAMSCI, 1995)

Neste sentido, a educação vem contribuir para a concretização de uma unidade viva entre teoria e prática, elemento este que a escola burguesa, pela sua característica e função na sociedade capitalista, não podia proporcionar aos trabalhadores. No entanto, um dos compromissos da escola é respeitar a individualidade do aluno no sentido de que ela é fruto de

uma interação entre indivíduos e a entre estes com a natureza. Se a escola seguir esta lógica, a educação por ela ofertada vem contribuir para a concretização de uma unidade viva entre teoria e prática, elemento este que a “escola burguesa”, pela sua característica e função na sociedade capitalista hoje, não podia proporcionar aos trabalhadores.

O ponto de partida para a análise do trabalho na atual forma de produção da existência humana requer utilizar-se das contribuições de Marx. A obra de Marx (1983) possibilita, apreender o ponto de partida adequado para a investigação da formação social capitalista, isto é, a mercadoria. A análise de Marx mostra que tais relações permanecem subjacentes, onde:

A mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como de subsistência, isto é objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (MARX, 1983, v.1, TI, p.45).

Ao analisar o enfoque dado por Marx, pode-se dizer que o capitalista tem necessidade de vender a mercadoria com um lucro, onde este se cristaliza na quantidade total de trabalho realizado pelo trabalhador posto na mercadoria produzida. Portanto, o capitalista “não vende apenas aquilo que lhe custou um equivalente, mas vende também o que não lhe custou nada, apesar de ter custado trabalho ao seu operário”. (MARX, 2002, p. 56)

Sendo assim, para o capitalista o custo da mercadoria e o seu custo real são coisas diferentes. Isto quer dizer que na concepção marxista, os lucros normais e médios são obtidos vendendo as mercadorias pelos seus valores reais e não acima. Mercadorias igualadas a partir das abstrações dos aspectos mais relevantes do trabalho individual podem ser permutadas por valores ou por dinheiro como quantidades homogêneas e comensuráveis. O ocultamento da origem do valor e das características do trabalho criativo permite a identificação do valor com a mercadoria e desta com o objeto como sua característica natural.

Vinculada à noção de mercadoria tem-se o fetichismo, que resulta do ocultamento que objetos materiais possuem características que são distintas nas relações sociais dominantes, isto é, gera-se a ilusão de que o valor é inerente às mercadorias equiparadas como coisa. A teoria marxista conduz à desmistificação do fetichismo da mercadoria e do capital. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, ou seja, de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e se amplifica no fetichismo do capital.

Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter peculiar do trabalho que produz mercadorias. (MARX, 1983, v. 1, T.I p.71)

Os escritos de Marx são importantes na compreensão do desenvolvimento da força de trabalho e sua ligação com os mecanismos de violência, cuja raiz está na exploração do trabalho e na sua transformação em mercadoria.

O fetichismo caracteriza-se por uma inversão das relações sociais e humanas, que também apareceu como relações entre coisas, isto é, exteriores à vontade dos indivíduos e ao esforço criador. Os indivíduos solitários e isolados entre si possuem produtos alienáveis cujas trocas aparecem invertidas, ou seja, “relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisa” ou entre valores que “parecem derivar da natureza dos produtos do trabalho”. A atividade social aparece para os indivíduos habituados às trocas, como “uma atividade entre as coisas sob cujo controle se encontram invés de se controlarem”. (MARX, Capital 1, 1978, p.82-83).

O fetichismo está no desaparecimento do sentido do humano, no trabalho e nas relações sociais, encobertos pelas relações mercantis. Perde-se o caráter social do trabalho e o sentido humano da criação, de modo que a atividade não criadora torna-se um peso, um fardo retomado a cada dia. E mais: as coisas produzidas adquirem vida própria no sentido que concentram as relações sociais enquanto os homens reduzem a coisa.

A alienação é o fenômeno pelo quais os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura, deixam-se governar por ela como ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um ser outro separadamente dos homens, superior a eles e com poder sobre eles.

Transformado em coisa, alienado do produto de seu trabalho, separado dos outros, isolado, o homem está jogado no mundo, suscetível a todas as formas de violência, geradas dessa primeira redução à situação de mercadoria. No entanto, o enfoque da mercadoria e valor procura penetrar no campo histórico das relações sociais.

Assim, o objeto que Marx trata nos escritos é o próprio homem trabalhador, que gera a produção capitalista ao patrão, numa relação entre trabalhadores que aparece como relação entre as coisas. Todavia deve-se analisar que quando Marx realiza suas análises e previsão a

respeito das forças produtivas, mostra contradições existentes que se tornam mais acentuadas de acordo com cada época.

O modo de pensar e agir é construído no conjunto das relações materiais, isto é, o fetichismo da mercadoria delimita o modo do conceber o homem e o mundo.

Marx (2002), argumenta que a superestrutura tem sua especificidade mediante as relações sociais, no que se refere a parte da estrutura econômica das formas do Estado e da consciência social. Portanto, a sociedade em determinado movimento histórico sofre alterações mediante a sua evolução no processo de trabalho, de acordo com forças produtivas necessárias.

O conceito de forças produtivas segundo Marx (2002), abrange os meios de produção e a força de trabalho, e que compreende os fenômenos históricos necessários para a possibilidade de novas formas de exploração. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre em descompasso com o desenvolvimento das superestruturas,³ o que gera uma contradição e a intensificação dessa contradição com o colapso do modo de produção existente e de sua superestrutura.

É importante frisar que estrutura e superestrutura, apesar de seu desenvolvimento desigual, apresentam uma dialeticidade interna que se desdobra na relação e na geração de contradições ao longo do tempo. Logo, na tendência do desenvolvimento do modo de produção capitalista expõe as contradições internas e um novo modo produção:

Todos representam grandes etapas do desenvolvimento histórico, cujo princípio explicativo reside na correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. A cessação de tal correspondência torna os homens conscientes, cedo ou tarde, da necessidade de substituí-lo modo de produção decadente por um novo modo de produção, ou seja, no essencial de necessidade de favorecer a implantação e expansão de novas relações de produção adequadas ao desenvolvimento desobstruído das forças produtivas. (GORENDER, 1983, p.LV)

Ao se desenvolverem, as forças produtivas da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, que passam a dificultar o seu desenvolvimento. Surgem outras novas formas de relações de produção, que devem corresponder ao nível produtivo da

³ Expressão refere-se à consciência ou visão do mundo de uma classe: sobre as diferentes formas de propriedade. Sobre as condições sociais de existência ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e formados peculiarmente. (BOTTOMORE, 1997, p.27)

sociedade no processo de produção. Essas relações de controle econômico são melhores esclarecidas por Marx quando afirma que:

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência numa certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. (MARX, 1982, p.25)

Sendo assim, classe trabalhadora pode vivenciar alguns conflitos referentes aos interesses coletivos em relação aos interesses particulares de certos trabalhadores ou de determinados grupos de trabalhadores. Faz-se necessário, portanto, no contexto da sociedade capitalista contemporânea, que a classe proletária, construa uma consciência definida (consciência de classe), para efetivamente, participar das decisões políticas, sociais, culturais e históricas da sociedade, na busca da efetivação de um projeto contra-hegemônico.

Violência oculta e processo educacional: a predominância dos interesses econômicos na sociedade

A análise da mercadoria efetuada por Marx em “O capital” demonstra que as relações capitalistas de produção instauram uma nova situação nas relações sociais, que é gerada pela transformação da força de trabalho em mercadoria, como já foi explicado. No processo das relações sociais, a transformação da força de trabalho em mercadoria estende-se a todas as formas de relações vividas na sociedade. Conforme o “Manifesto do Partido Comunista”, a transformação de todas as relações em mercadoria apresenta-se da seguinte forma:

A burguesia, onde conquistou o poder, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem compunção todos os diversos laços feudais que prendiam o homem aos seus ‘superiores naturais’ e não deixou entre o homem e homem outro vínculo que não o do frio interesse, o do insensível ‘pagamento em dinheiro’. Afogou a sagrada reverência da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia sentimental do burguês filisteu nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e, no lugar de um sem número de liberdades legítimas e duramente conquistadas, colocou a liberdade única, sem escrúpulos, do comércio. Numa palavra, no lugar da exploração velada por ilusões políticas e religiosas, colocou a exploração seca, direta, despidorada, aberta. (MARX, 1998, p.7)

A predominância dos interesses econômicos na sociedade e a sua influência sobre todas as relações sociais atingem a dignidade do homem, considerado apenas a partir do que pode produzir enquanto força de trabalho. A dignidade e a liberdade dependem das condições de posse do indivíduo. Na raiz desse processo, as formas de alienação narradas em “O Capital”, geram as condições de desconhecimento dos fundamentos da violência, cuja extensão também não é compreendida. Percebe-se apenas que, há corpos deitados na calçada, enquanto indivíduos bem vestidos passam indiferentes, isto é, as formas de violência que afetam a sociedade principalmente tirando de alguns a sua dignidade e liberdade não são sequer percebidas.

O proletariado, segundo Marx, é a classe capaz de transformar essa realidade porque é a única que, no sistema capitalista, é diretamente antagônica à classe burguesa e vive em seu âmago a contradição, é a classe explorada pela burguesia, assim, todas as outras dela dependem para sua emancipação. A classe proletária é a única capaz de levar a revolução até o fim e de organizar a produção após a superação do capitalismo. Isso não significa que o proletariado seja a única classe revolucionária, ao contrário, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua crise estrutural geram contradições que podem colocar outras classes e frações de classes na luta contra o capitalismo.

É importante destacar que esse movimento contraditório entre a burguesia e proletariado, evidencia a relação de existência das características necessárias para organização da sociedade. A burguesia percebe a relação de dependência com a classe proletária. Assim “o proletariado passa por diferentes etapas de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência”. (MARX, 1998, p.14).

O capitalismo desenvolve-se, portanto, com a geração da violência que se efetiva na destruição (transformação) das forças produtivas e na geração de crises cuja superação leva a sociedade a um novo patamar de dominação. A violência, portanto, faz parte do próprio sistema e atua na sua sustentação.

Este efeito demonstrativo da violência é usado geralmente, para instaurar, consolidar ou ampliar o controle coercitivo de uma determinada situação que a burguesia não consegue dominar. A violência não tem a função de reforçar uma ameaça, mas sim de controlar determinada situação futura, realizada pela classe proletária.

Tendo em vista a contradição entre as duas classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado, materializada na divisão do trabalho capitalista, o desenvolvimento das forças

produtivas se torna o fator decisivo e fundamental no processo de produção capitalista. Isto porque é por meio da transformação das forças produtivas, que o sistema se mantém e se amplia, cuja ação prática é o aumento da violência. Com efeito, a classe operária é tratada como mercadoria sendo apenas mais uma mercadoria nesta relação social.

No entanto, para que o proletariado compreenda sua situação é necessário em primeiro lugar que ele esteja organizado como classe, independente e autônoma em relação a todas as outras classes. Isso, porém, não basta: os trabalhadores podem estar organizados como classe para reivindicar condições “mais justas” para a venda da força de trabalho, mas não para iniciar o processo revolucionário. Para que os trabalhadores adquiram a consciência da necessidade de superar a sociabilidade do capital e socializar os meios de produção é necessário que compreendam todo o processo de alienação. A história da luta de classes e das teorias elaboradas pelo proletariado é a história de luta contra o capital com o objetivo de armar a classe a cada novo embate revolucionário.

A violência está no fundamento do sistema capitalista e na exploração do trabalho humano. Logo, a violência assume múltiplas formas (violência oculta), estendendo-se aos costumes e valores, por exemplo, nas várias formas de desrespeito à dignidade humana. O resultado desse processo para os trabalhadores, enquanto classe é o aparecimento de um quadro agravante, o da exclusão social (desemprego, fome e miséria). Nesta condição, a lógica do sistema capitalista de produção, cumpre o papel de aumentar as taxas de acumulação à custa da exploração da força de trabalho, aumentando igualmente os índices de miséria e exclusão. A contradição entre o homem e a sociedade contrapõe o homem enquanto indivíduo egoísta e o homem enquanto pessoa moral, isto é, como trabalhador, alheio às questões da sociedade.

Acredita-se que um dos princípios que se pode basear uma análise contemporânea da crise do capitalismo consiste na consolidação de processo desigual de distribuição de renda. O desemprego toma essa dimensão omitindo sua formulação como proveniente de decisões humanas. O desemprego em um processo de crise do capitalismo assume uma dimensão avassaladora. Assim, o processo de crise no capitalismo aponta desdobramentos consideráveis em termos econômicos, políticos e sociais.

A consolidação de tais relações violentas ocorre com a atuação do Estado que, na sociedade capitalista, exerce a função coercitiva de manter a ordem, tanto por meio da aplicação da lei, quanto pela intervenção, ainda legal, na organização da economia.

Neste contexto, paralelamente, se faz presente o processo educacional como um dos elementos ativos na busca pela superação, entendendo que a educação se faz no foco de duas leituras: a leitura da sociedade política e a leitura da sociedade civil. Para Gramsci (1995), essas leituras são um conjunto de dois espaços do Estado. No ponto de vista liberal, a sociedade política e civil são separadas, e para Gramsci não há essa divisão, pois o autor aponta que o Estado é o principal educador. De acordo com a visão Gramsciana, a educação, no âmbito da sociedade política, se faz pela coerção, e, no âmbito da sociedade civil, a educação se faz pela cultura, escolas, família, universidades, entre outros. O processo educacional, portanto, tem que ter o vínculo com a prática e se construir a partir da ação e da compreensão mais abrangente de mundo (processo histórico).

Considerações finais

Utilizou-se das leituras de Karl Marx e Antonio Gramsci como referenciais teóricos de fundamental importância para a compreensão do tema proposto neste estudo, por refletir uma profunda análise sobre a estrutura econômica e social que geram as condições para a violência social e educacional na sociedade brasileira atual.

Através da análise entre a relação educação e trabalho na sociedade capitalista contemporânea, buscou-se explicitar como ocorre à exploração do trabalho humano, onde, neste processo, o homem torna-se mercadoria, perdendo sua força criadora e não podendo usufruir a sua própria produção, ocorrendo, conseqüentemente sua alienação. Neste contexto, a exploração do trabalho ocorre quando um grupo da população produz excedente e outro possui os meios de produção. Tais grupos constituem-se em classes antagônicas, onde uma “explora” e outra se permite “explorar”. Na raiz do processo capitalista de produção, formam-se relações que não aparecem explicitamente no cotidiano dos trabalhadores. Portanto, o fetichismo desta relação pode ser objeto predominante na produção da violência social.

O valor de uso, primeira forma de expressão da relação do homem com o mundo, de acordo com Gorender (1983), é o suporte físico do valor. O valor que se sustenta no valor de uso é o valor de troca. Assim, o desaparecimento do caráter útil do objeto, faz desaparecer também, como conseqüência, o caráter útil dos trabalhos nele corporificados, isto é, as formas diversas de trabalho geral ou trabalho humano abstrato (MARX, v. I, 1978, p. 44-45).

Assim sendo, o trabalho deixa de ser entendido como atividade criadora para apresentar-se como dispêndio da força de trabalho, passível de ser quantificada e medida na

forma de valor-dinheiro. O desdobramento do valor caracteriza *o duplo caráter do trabalho* que, à medida que o valor de troca prevalece sobre o valor de uso, se oculta na noção de mercadoria. Como mercadoria é qualquer coisa produzida como destino a possível troca, esta mesma mercadoria tem valor de troca definida como proporção onde valores de uso se trocam por outro. O valor tem, portanto, uma realidade puramente social, e sua forma só podem surgir na relação social entre mercadoria e mercadoria.

Esta realidade é muito bem explicada por Marx (1984), quando afirma que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano. Isto demanda considerar que a objetividade de valor é puramente social e, é obvio que ela pode aparecer apenas numa relação social da mercadoria para mercadoria. Assim, Marx parte do fato do valor de troca ou da relação da troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto.

No sistema capitalista, portanto, a força de trabalho humano é uma mercadoria. Então essa mercadoria existente é força de trabalho do trabalhador. Porém, contraditoriamente, é o próprio homem trabalhador que gera a produção capitalista ao patrão, numa relação entre trabalhadores que aparece como relação entre “coisas”. Constata-se na sociedade capitalista contemporânea a redução do homem a mercadoria; logo, a consciência do homem perpassa por um processo de coisificação, sendo objeto e não sujeito histórico. Percebe-se assim, o primeiro processo de violência do qual são geradas todas as outras violências na sociedade.

Conclui-se que, criar mecanismos de superação das relações sociais é de extrema significância para o meio social e educacional, através de uma práxis transformadora no trabalho pedagógico da escola, com um projeto contra-hegemônico que atenda as necessidades da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, buscou-se através da análise marxista da produção, “analisar” o conceito de mercadoria, ou melhor, a fusão de trabalhador e produto sutilmente criada pelas ações capitalistas.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. e outros. **Dicionário de pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zabar, 1997.

FRIGOTTO, G. **Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador**. Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMEZ, C. M. *et al.* *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 58^a ed., São Paulo: Cortez, 2004.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, K. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, Volume I, Tomo I, 1983.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Paulo Ferreira Leite. 4^a ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1978.

_____. **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, v.I.Tomo II, 1984.

_____. **Para crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, v.I, Tomo I, 1983.

SHIROMA, E. O. *et al.* **Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos de 1990**. In: SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. de; EVANGELISTA, O. (Orgs) *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000, p.53-86.